

DIÁLOGOS ENTRE A ÉTICA DA LIBERTAÇÃO DE ENRIQUE DUSSEL E A OBRA DE KARL MARX

DIALOGUES BETWEEN ENRIQUE DUSSEL'S ETHICS OF LIBERATION AND KARL MARX'S PRODUCTION

*Lua Marina Moreira Guimarães**

Resumo: O presente trabalho aborda a noção de ética na Filosofia da Libertação Latino-americana – em específico, na obra de Enrique Dussel – e na produção de Karl Marx. O autor argentino dedicou-se à leitura e à incorporação de categorias marxistas tais como trabalho vivo, mais-valia, subsunção e alienação, em sua reflexão de caráter ético e antropológico, e defende a existência de um conteúdo ético, mesmo que implícito, em toda a obra, desde as formulações filosóficas iniciais até as econômicas, mais maduras, presentes em *O Capital*. O faz numa intenção de atualização e originalidade dessa leitura marxista para o contexto latino-americano, na esteira de outras teorias críticas e de processos históricos de lutas por libertação dos povos deste continente. Dessa forma, uma primeira parte do artigo situa a Filosofia da Libertação, origem, linhas gerais, mas sobretudo a contribuição de Enrique Dussel e seu encontro com Marx, a segunda aborda a possibilidade de identificar-se um conteúdo ético em toda a obra marxiana, e por fim, no terceiro momento, expõe-se uma visão geral sobre a ética proposta por Dussel, uma ética material da vida, uma oposição crítica à moral vigente e à ética tradicional, de caráter metafísico.

Palavras-chave: Enrique Dussel; Ética da Libertação; Karl Marx.

Abstract: The present piece focus on the notion of ethics elaborated by the Philosophy of Liberation, specifically Enrique Dussel's work, and Karl Marx's production. The Argentine author dedicated on reading and incorporating marxists categories such as living labor, added value, subsumption and alienation, in his ethical and anthropological analysis, and he defends the existence of ethical content, even though implicit, on the entire production, since the early philosophical formulations to the most mature economy theory found in *Capital*, and he does it on the original intention of updating the marxist reading for latin american context, following other critical theories and also historical processes of liberating struggles engaged by people from this continent. Therefore, the first section of this paper locates the Philosophy of Liberation, its origins, general lines, but most of all Enrique Dussel's input and his encounter with Marx, the second one approaches the possibility of identifying an ethic content on the entire marxist work, and, finally, on the third moment, a general take on the ethics proposed by Dussel is presented, a material ethics of life, a critical opposition to the current moral and traditional metaphysical ethics.

Key words: Ethics of Liberation; Enrique Dussel; Karl Marx.

Introdução

A história da América Latina é uma experiência bastante peculiar no contexto global. Nosso ingresso no sistema-mundo se deu com a chegada das nações europeias, ibéricas em primeiro lugar, que desembarcaram armas, cavalos, metodologias científicas variadas de produção e exploração, uma nova religião, uma nova cultura, uma nova forma de organizar a vida, um novo modo de ser, ver e interpretar o mundo. Tudo isso foi imposto como regra neste

* Mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de Direitos Humanos. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: luamarina2@gmail.com.

continente, obviamente não sem resistência das nações que aqui já existiam, razão pela qual foi a força amplamente aplicada, acrescida de extrema crueldade, um fator determinante para o sucesso da empresa colonizadora. Os europeus especializaram-se na invasão cultural, no genocídio e no apagamento histórico.

A América Latina torna-se então colônia, cuja existência subordinava-se aos desígnios das metrópoles na Europa, e constitui o meio de acumulação primitiva de capitais na chamada fase mercantil, que possibilitou séculos mais tarde, a revolução industrial, a ascensão burguesa e a consolidação do modo de produção capitalista. Como desenvolvimento desse particular processo de formação social e econômica, temos diversas nações que nunca puderam realmente constituir-se enquanto tal, devido a uma condição de soberania limitada, pela exploração metropolitana que não cessou jamais, mesmo com os processos de independência, e povos que nunca viveram experiências democráticas tal qual consta da teoria política, pois liberdades civis e políticas sempre foram e seguem sendo uma concessão momentânea de breves interregnos republicanos.

Além disso, à dependência econômica que se perpetua historicamente, corresponde uma dependência ideológica, científica e filosófica. Foram séculos de produção teórica neste território que se limitava a reproduzir conceituações e explicações da realidade adequadas para o contexto europeu, mas que convenientemente ignoravam as diferenças fundantes das sociedades aqui existentes. Estivemos durante muito tempo, desprovidos de instrumentos teóricos que nos permitissem formular crítica e originalmente sobre nossa realidade, suas contradições e as possibilidades de superação. Esse quadro começou a mudar no início do século XX, em um contexto em que todo o mundo convulsionava em revoluções sociais referenciadas na teoria marxista. Uma teoria essencialmente crítica das estruturas de exploração e dominação do capitalismo e dotada de um método dialético repercutiu em um despertar para uma leitura própria do contexto latino-americano, com autores como José Carlos Mariátegui, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., além de inspirar figuras que protagonizaram algumas das mais importantes lutas deste século, como Fidel Castro, Che Guevara, Carlos Marighella.

Esta retrospectiva faz mais sentido quando avançamos para o momento atual de todo o mundo e em particular do continente latino-americano. Um mundo que viu chegar ao fim a União Soviética e o aparente triunfo do capitalismo, vive a desilusão e o descrédito quanto à possibilidade de transformações estruturais. Porém, experimenta também uma crise econômica de décadas, expondo uma debilidade estrutural do capitalismo, que entretanto, reage com uma exploração cada vez mais espoliatória e brutal, cuja voracidade tem seus olhos neste território e nos trabalhadores que aqui habitam, que sempre lhe foram cativos. Golpes de estado, retirada

de direitos, violência, avanço sobre os recursos naturais, desmonte do setor produtivo são elementos tradicionais da forma de dominação do imperialismo que hoje se fazem mais e mais presentes, como resposta a nossos ensaios de independência.

Nesse contexto, faz-se cada vez mais necessária uma teoria e uma filosofia comprometidas com o destino dos povos, que assumam a sua tarefa ética de transformação da realidade e não meramente de interpretação. Este é o caso da teoria marxista, tão adequada como nunca, e da Filosofia da Libertação, uma formulação original que absorve a crítica do capitalismo e a atualiza mediante uma atitude epistemológica descolonial, e que se liga ao processo de forjamento da América Latina como periferia. Este trabalho começa “fazendo história” em um movimento semelhante ao de Enrique Dussel e ao de Marx, autores que defendiam que fazer filosofia começa por fazer história.

Assim, nesse artigo, nos propomos a debater a opção ética na Filosofia da Libertação latino-americana e na obra marxista. Uma primeira parte, situa a Filosofia da Libertação, origem, linhas gerais, mas sobretudo a contribuição de Enrique Dussel e seu encontro com Marx, a segunda aborda a possibilidade de identificar-se um conteúdo ético em toda a obra marxiana, e por fim, uma visão geral sobre a ética proposta por Dussel, uma ética material da vida, uma oposição crítica à moral vigente e à ética tradicional, de caráter metafísico.

1 Uma filosofia libertadora da realidade e da ética

A Filosofia da Libertação Latino-americana tem um aparecimento recente na trajetória do pensamento ocidental enquanto elaboração coesa, com conceitos e método próprios. O momento pode ser fixado na década de 70, culminância de um contexto de lutas dos povos da América Latina, e também de diversos movimentos teóricos de análise da realidade do continente, que perseguiram a crítica e a originalidade. Paralelamente, surgiram também a Pedagogia da Libertação, a Teoria da Dependência e a Teologia da Libertação.

Assim considerada, são muitos os teóricos que hoje podemos situar neste campo, embora não sem divergências entre si. Segundo afirma Alejandro Rosillo Martínez, em entrevista (2014), a Filosofia da libertação teria seis correntes: a) a ontologista, encabeçada por Rodolfo Kush, Carlos Cullen, Mario Casalla, Amelia Podetti, entre outros e cuja preocupação principal é determinar o ser do latino-americano; b) a analética, com Enrique Dussel e Juan Carlos Scannone, centrada no problema ético e político, com ênfase na alteridade, e inspiração em Marx, Levinas e Habermas; c) a historicista, centrada na relação da Filosofia da Libertação com seus antecedentes históricos, na tradição do pensamento latino-americano, e cujos

pensadores principais são Leopoldo Zea, Arturo Roig, Arturo Ardao, Horacio Cerutti e Mario Magallón; d) a problematizadora, de ênfase epistemológica, ao questionar o próprio discurso e verificá-lo, refletindo sobre o problema da linguagem, da ideologia e metodológico, e tendo como representantes José Severino Croatto, Manuel Ignacio Santos, Horacio Cerutti, Gustavo Ortiz, Hugo Assmann e Augusto Salazar Bondy; e) a da realidade histórica, consistente na filosofia de Ignacio Ellacuría, que busca propor como objeto da filosofia a realidade histórica e a partir daí fundamentar a práxis pela libertação; e por fim, f) a filosófico-econômica, de Franz J. Hinkelammert, que dedica-se de maneira prioritária a análise da geopolítica e do sistema econômico neoliberal.

Para o que interessa neste trabalho, será abordada apenas a corrente chamada analética, esta restrita ao pensamento de Enrique Dussel. É este autor quem traça um itinerário da Filosofia da Libertação, que é possível dizer, tem mais de movimento do que de corrente teórica, afinal, esteve sempre vinculada às lutas concretas por libertação nacional no continente, e se dedica precisamente à análise da realidade e das contradições manifestas nela. O autor menciona três etapas: a primeira, a filosofia da libertação implícita, pode ser identificada nas primeiras manifestações de uma crítica ética às estruturas e relações sociais de exploração e dominação instauradas em nosso continente desde a colonização, sobre o que não se pode deixar de mencionar os célebres debates de Bartolomé de Las Casas em defesa da humanidade dos índios, primeiras vítimas, (1510 a 1553); a segunda, a justificação filosófica das primeiras lutas por libertação nacional, na forma de lutas por independência (1750-1830), com Alberdi e o romantismo; e a terceira, a partir de 1969, e que seria o movimento que passou a denominar a si mesmo explicitamente de Filosofia da Libertação.

Em seu trabalho filosófico, este autor argentino desenvolve uma reflexão sobre a vítima, uma palavra decorrente da sua reflexão ética sobre o sistema mundo. Vítimas são os espoliados de tudo, os que nada possuem a não ser sua força de trabalho, aqueles a quem a própria humanidade é negada, em um longo processo histórico de apagamento e exclusão. Enquanto classe, denominamos vítimas os trabalhadores e trabalhadoras, mas poderíamos também chamar-lhes povo latino-americano, periféricos, negros, indígenas, mulheres. Essas vítimas são fundadoras da noção de outro. Outro é o que não pode ser sujeito, uma vez tal posição já está ocupada pela civilização europeia, pela burguesia mundial, pelos donos do capital.

A experiência primeira da Filosofia da Libertação consiste na descoberta do quando e do como se constitui o fato da dominação, em que sujeitos tornam-se “senhores” de outros. No plano mundial, se dá desde a expansão marítima europeia iniciada em 1492 e da qual resultou

a invasão e colonização das América, fato este constitutivo da “Modernidade” no que diz respeito a relação Centro-Periferia; no plano nacional, ao criar as oposições elites-massas, burguesia nacional-classe operária (ou povo); no plano erótico, homem-mulher; no plano pedagógico, cultura imperial ou elitista versus cultura periférica ou popular; no plano religioso, com o fetichismo em todos os níveis. (DUSSEL, 1995, p. 18). A postura ética deste autor promove também o passo além da descoberta da dominação, a crítica que demole e constrói o novo, tal qual Marx o fez, transparecendo, em todo seu trabalho, a preocupação com a emancipação humana¹, no sentido mais completo desta expressão.

A filosofia da libertação de Dussel consegue articular questionamentos pertinentes, a respeito da América Latina, sua realidade e a interpretação dela, que podem ser descritos amplamente em três esferas: em primeiro lugar, se impõe a necessidade da libertação teórica e da práxis, a ruptura com a dominação e a dependência fática, bem como as ideologias de dominação. A filosofia da libertação demanda uma libertação da filosofia, que significa a produção de um discurso contra-hegemônico, uma Filosofia crítica que surge na periferia do mundo, ou seja, tem um lócus histórico, a partir das vítimas e dos excluídos, mas que assume pretensão de mundialidade (PANSARELI, 2010, p. 155).

Em segundo lugar, tal demarcação de espaço, a América Latina, cumpre o papel de delimitar muito mais do que um lugar de fala, mas uma concepção de mundo, de liberdade e de direitos dos povos que, neste continente, continuam a lutar por soberania, e pela sua própria constituição enquanto povo, enquanto pátria, em razão de um processo de colonização de centenas de anos, que no atual estágio do capitalismo financeiro globalizado, assume contornos dramáticos.

E por fim, a heterogeneidade dos povos, das línguas e das culturas na América Latina, não significa fragmentação, e diferença não é o mesmo que relativismo, como defendem os que anunciam a vigência da pós-modernidade. Para tais teóricos, a noção de universalidade confunde-se à de referencial único, e é excessivamente combatida, porém, o que é proposto por Dussel é uma ética da alteridade, é pensar o universal a partir do que é único e concreto da vida de cada sujeito, num processo dialético, dialogal e em constante transformação.

¹ Esse conceito é mencionado por Marx em Sobre a questão judaica, ao estabelecer o debate fundamental da obra, que é a relação entre emancipação política e emancipação humana: “Toda emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘forces propres’ [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política” (MARX, 2010, p. 54).

Trata-se de verdadeiramente ocupar um arcabouço ideológico ilegitimamente imposto por um projeto liberal, que é também colonial, tomar de assalto o território da dominação burguesa e eurocêntrica, convertendo-o em espaço próprio, onde o conjunto dos subjugados busca conteúdos para articular suas demandas autênticas.

2 Um encontro com Marx

A extensa obra de Enrique Dussel nos é apresentada pelo próprio autor como possuindo diferentes fases, com repercussões relacionadas à sua trajetória política, pessoal e teórica. Assim é que o contato com a obra do filósofo francês Emmanuel Levinas ao fim dos anos 60 é um marco do momento em que Dussel começa a constituir sistematicamente a Filosofia da Libertação, e assim também ocorre com o exílio político que viveu no México, entre 1976 e 1983, quando dedicou-se a uma aprofundada leitura da obra de Marx, sobretudo dos quatro volumes de O Capital.

Dussel elabora uma compreensão da maior obra marxista não apenas como um trabalho de economia política, mas sobretudo enfatiza os seus aspectos antropológicos e éticos. Segundo ele, Marx "desconstrói a economia capitalista criticamente e a reconstrói antropológica e eticamente" (DUSSEL, 1994, p. 224, tradução nossa). Entende também que o trabalho teórico de Marx não se encerra em si mesmo e pode ser ponto de partida para novas reflexões, e assim o autor se propõe a pensar de forma crítica o capitalismo periférico na América Latina. Segundo Vieira, Dussel demonstra a atualidade do pensamento marxiano para pensar a realidade latino-americana:

A análise dusseliana de Marx tem por fim demonstrar que o pensamento de Marx é sobretudo ético; em outras palavras, a preocupação econômica e científica de Marx tem um único objetivo, a saber, o homem e sua libertação. Como o trabalho vivo é o ponto de partida e o ponto de chegada para Marx, ele tem interesse pela questão ética em suas análises econômicas, pois o grau de exploração da mais valia tem um estatuto antropológico, ético e político (VIEIRA, 1999, p. 34-35).

Nenhum outro autor influenciou tanto os movimentos sociais e as lutas revolucionárias na América Latina desde o século XX, quanto Marx e o legado que o seguiu, em autores como Lênin, Gramsci, Rosa Luxemburgo, etc. A teoria da luta de classes, burguesia e proletariado, a descrição e desvendamento das formas de acumulação e reprodução do capital que organizam a vida e as relações sociais são a referência para a análise crítica e contestação da realidade das nações desse continente, elaborada por autores como José Carlos Mariátegui, Caio Prado Jr,

Florestan Fernandes, entre outros, com o elemento de originalidade das relações de dependência internacional e do papel do imperialismo.

Dessa forma, o encontro da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, que segue nesse caminho da análise crítica e original da história e demandas dos povos latino-americanos, com o pensamento marxista é tão necessário quanto possível. A afirmação dusseliana e de demais estudos descoloniais de que o processo de colonização é constitutivo da modernidade, instaurando um sistema mundo de nova configuração, que alça a Europa à condição de centro, conferem aos processos de marginalização e violência a que os povos latino-americanos estão sujeitos, desde os povos originários, tradicionais, até toda a população negra, uma maior amplitude quando associados ao referencial marxiano, pois as insere na compreensão global da contradição capital/trabalho.

Ao passo que o capitalismo na Europa, analisado por Marx, se constitui e se consolida, a América Latina desempenha um papel bastante específico, primeiro como fonte de acumulação primitiva mercantil e posteriormente em todo o processo de constituição das nossas nações, que se inserem nesse sistema-mundo na condição de dependência ou subalternidade. Outra aproximação é o fato de que Dussel afirma começar a fazer filosofia “fazendo história”, e também adotar uma análise material da realidade. Afirma também em diversos momentos, que o objeto da filosofia da libertação é o não-filosófico, ou seja, as condições de existência, os fatos concretos e conflitos da vida humana.

Segundo Pansarelli, dadas essas confluências entre os dois autores, Marx coloca a exigência de uma política fundamentada na ética, para configuração de um modo de produção referenciado em princípios de justiça para o conjunto da sociedade de trabalhadores, o que pode ser compreendido como a própria libertação concreta, praxica, defendida por Dussel. Além disso, este autor costuma fazer referência às revoluções latino-americanas, inspiradas teoricamente no marxismo, como a revolução nicaraguense, a revolução cubana e os processos mais recentes em Venezuela e Bolívia (PANSARELLI, 2010, p. 115).

Fato é que as investigações de Dussel, a partir dessa leitura de Marx, incorporaram definitivamente uma concepção materialista, a análise sobre o capital, a crítica da economia política, uma série de categorias marxistas, como trabalho vivo, subsunção, alienação, e em diversos momentos, o autor valeu-se delas para tecer uma análise ética, a qual será debatida nos pontos seguintes.

3 Reflexões éticas na obra de Marx

Há, na tradição marxista, um debate sobre a pertinência da ética na obra de Marx. Parte dos autores defende que a ética apenas apareceria nas obras anteriores ao seu ingresso nas formulações da economia política, e alguns outros afirmando que o conteúdo de crítica moral está presente em todo seu percurso intelectual. Segundo Dussel, esta primeira concepção relaciona-se à leitura do marxismo-leninismo soviético, para o qual O Capital de Marx foi tomado como uma obra de caráter científico e não ético. O autor argentino, entretanto, defende que a Crítica da Economia Política, uma vez que é uma *crítica* econômica, já configura uma crítica ética, por mais que situada no campo da análise econômica, porém, trata-se de um ética geral não-explicita (DUSSEL, 2000, p. 322). Existe uma opção ética fundante na análise econômica marxista, que é a percepção da injustiça das relações sociais de exploração sob o capitalismo, e da ocultação que a aparentemente neutra descrição fenomênica da economia política clássica promove.

Dessa forma, a crítica moral está presente nos escritos de Marx, e pode ser vista em três níveis diferentes: primeiro, na análise crítica das principais instituições da sociedade burguesa, do Estado, do direito e os seus fundamentos, encontrados na teoria política; depois, na sua crítica à economia clássica (de forma mais importante, Stuart Mill e Bentham), e na interpretação dos fenômenos econômicos e das relações de produção e reprodução da vida; e também, ao argumentar em favor da sociedade comunista (FAZIO, 2013, p. 96).

Quanto à crítica de Marx à economia, este parece ser o ponto que se distancia da ética, porém, Dussel – embora não apenas ele – a ressignifica. O capitalismo promove uma coisificação e o mesmo tempo, naturalização das relações sociais, e a economia clássica assim as reproduz e justifica. Nessa interpretação clássica, a relação entre capital e trabalho aparece como uma relação comercial igual a qualquer outra, em que capitalistas e trabalhadores estão em pé de igualdade realizando trocas segundo as regras correntes do comércio, ou seja, o trabalhador vende sua força de trabalho livremente e o capitalista a compra com o objetivo de produzir algo, ambos movidos pelos próprios interesses e determinados pela própria vontade, e ambos saem ganhando na operação final. Marx então desconstrói essa noção contratualista da relação de trabalho, pois expõe a divisão social do trabalho, a acumulação de capital e a dependência econômica decorrente do alijamento dos meios de produção, que fazem com que o trabalhador não tenha outra opção para sua sobrevivência que não vender a sua força de trabalho. A sua motivação é uma necessidade vital, enquanto que a do capitalista é o seu interesse no lucro e na acumulação de riqueza. A liberdade e a igualdade que a economia clássica vê nessas relações resulta numa ciência incapaz de crítica e de caráter muito mais performativo do que descritivo (FAZIO, 2013, p. 96), no que são denunciadas por Marx.

Um dos principais conceitos marxistas é o de mais-valia, a qual é o fundamento de toda riqueza. O lucro do capitalista é extraído de um mais-trabalho, por sua vez, correspondente à mais-valia. A ganância do capitalista faz com que necessite maximizar a mais-valia cada vez mais, o que pode fazer de duas formas: aumentando a soma de trabalho total pela ampliação da jornada ou do número e trabalhadores, neste caso, falamos de mais-valia absoluta; ou diminuindo a quantidade de trabalho necessário para produzir mediante incremento de maquinário, reorganização produtiva e técnica, etc, caso em que estaremos diante de mais-valia relativa (MARX, 2013, p. 34).

Esse processo de produção de valor tem como correlata a redução da potência humana do trabalhador, e ambas as formas da mais-valia promovem e aprofundam a sua desumanização. Primeiro, pela exigência de que o trabalhador empregue mais tempo quanto possível na produção, com uma remuneração de menor custo possível para o capitalista, em uma óbvia desvalorização do seu papel no processo produtivo quando é, na verdade, o responsável por toda a riqueza; segundo, pela redução da sua atividade a uma técnica de mera operação maquinística, o que aparentemente torna-o dispensável, ao passo que a máquina torna-se indispensável para si.

Retornando um pouco no argumento de Marx, a primeira negação da dignidade do trabalhador se dá na sua redução a simples mercadoria, desde esse ponto, deixa de ser humano para ser instrumento de outrem. O capitalista não toma o trabalhador como um ser humano igual a si, mas o enxerga apenas como força de trabalho mais ou menos dispensável na medida em que se mostre capaz de produzir e aumentar sua taxa de lucro.

Diante de tais constatações, para Dussel, O Capital é uma ética econômica, ou seja uma economia que inclui um princípio material por ele enunciado como o princípio da vida humana como trabalho vivo (DUSSEL, 2000, p. 320). A categoria marxista “trabalho vivo” tem para ele grande importância:

Não se trata já de um ‘fundamento’ (*grund*, em alemão), mas da ‘fonte (*quelle*) criadora deste ser a partir do nada’. Esta transcendência transontológica é definida como ‘trabalho vivo’. O trabalho vivo é o trabalhador em ação (*Tätigkeit*, nos *Grundrisse*, 1857) como uma ‘realidade real’ 1) anterior ao capital como pertencente a um sistema prévio (feudal na Europa, por exemplo), 2) como massas empobrecidas (nem no mundo feudal e nem, todavia, no capital, conforme descrito no capítulo da Acumulação primitiva de capital), 3) no capital, como trabalhador assalariado, ou 4) após o capital, como desempregado. Pois tudo começa pelo ato ético e perverso como tal: a subsunção deste trabalho vivo como um momento ou mediação de capital para alcançar o lucro/mais-valia (DUSSEL, 2016a, p. 10, tradução própria).

O trabalho adquire relevância como categoria ética essencial para realizar a crítica às instituições capitalistas que escamoteiam a acumulação de capital baseada na exploração alheia.

A crítica de Marx se volta para as teorias econômicas burguesas que definem o trabalho assalariado como uma categoria entre tantas outras internas do sistema teórico capitalista e que jamais atentaram para o momento em que a exploração ocorre. É a partir desse momento e da figura negativa do sistema – da vítima, no dizer de Dussel – que a obra de Marx desenvolve o quadro categorial que possibilita o desvelamento da mais-valia, do trabalho não remunerado, da expropriação do trabalho vivo, razão pela qual existe um juízo ético acerca do sistema como um todo (DUSSEL, 2000, p. 320).

O filósofo argentino postula que o trabalhador empreende sua vida mesma no processo produtivo e não torna a recuperá-la, pelo contrário, o produto se torna algo para sempre apartado – pode-se dizer alienado – da sua existência, e que levou consigo um pedaço vital dela. Marx considera o sistema capitalista alienante, injusto, vitimizante, sacrificante, um conjunto de estruturas e relações que nega a vida do trabalhador, oprime de diversas formas, reduz, desvaloriza. O uso da coerção, a desigualdade, a dependência e a miséria são elementos constitutivos desse modo de produção e não seus efeitos colaterais. É essencial para a dominação que os trabalhadores não se percebam geradores de riqueza e afastem-se de sua humanidade. Dussel então replica o conceito de subsunção, como o momento mais evidente em Marx da sua crítica ética ao sistema capitalista, que precedeu o conceito mais amadurecido de alienação:

A ‘subsunção formal’ é a eticamente significativa, já que o capital (a totalidade) controla o trabalhador assalariado por meio da cooperação pela divisão social do trabalho (e nestes casos o trabalhador ainda é dono do processo de trabalho como especialista insubstituível). Mas será pela ‘subsunção material’ do próprio processo de trabalho, por meio da máquina, que o trabalhador ficará agora sob controle da produção capitalista [...]. Subsumindo o trabalho vivo no capital formalmente – enquanto produz mais-valia – e materialmente – enquanto é a máquina que dirige o processo produtivo –, o trabalhador se encontra totalmente dominado pelo capital, e neste caso se pode falar de ‘subsunção real’ (DUSSEL, 2000, p. 326).

Dessa forma, o conceito de subsunção indica o momento ético por excelência da alienação pois constitui a negação originária da vítima do capital, e incorpora a exterioridade (o produto) do trabalho vivo na totalidade do capital. A situação do trabalhador, em sua relação com o capitalista, é a que permite a Marx o aprofundamento nos diferentes níveis do capitalismo, até chegar à definição do conceito de alienação.

A alienação capitalista nega a humanidade do trabalhador, pois degenera a sua atividade vital, o trabalho. Afirmar o trabalho como atividade vital do ser humano significa que a natureza humana é repercussão desse processo de transformação do meio e produção da vida, e esta é a noção que pode ser encontrada na obra de Marx. Trata-se de uma relação de duplo

caráter, o ser humano, ser genérico, relaciona-se com a natureza, e enquanto ser social, com os outros seres humanos.

Em sua relação com a natureza, encontra-se com objetos naturais, de si independentes, e de capacidades limitadas, porém, estabelece essa relação modificando a natureza, no que cria novos meios e novas condições para a produção e satisfação de suas necessidades. Necessidades essas condicionadas pelo âmbito do ser social e que também se modificam conforme o desenvolvimento da atividade produtiva. Por isso, "para produzir seus meios de vida, os homens produzem indiretamente sua própria vida material" (MARX e ENGELS, 2007, p. 33), e a sua própria natureza é moldada pelas relações que ele mesmo estabelece.

Em se tratando do ser humano como um ser social, relaciona-se com outros seres humanos em dois aspectos. Em primeiro lugar, a existência humana é coletiva, ou seja, o ser humano existe enquanto tal e assim se determina por estabelecer relações com outros, formando uma comunidade, ou seja, o essencial são as relações, sem elas não seria possível a experiência de humanidade, concepção que confronta o sujeito tradicional do liberalismo, que considera os indivíduos isoladamente, sendo que as relações com os demais se daria apenas ao nível das próprias vontades. Em segundo lugar, existe uma determinação histórico-social, na qual o ser humano assimila capacidades, ideias, organização, conduta etc., das experiências históricas que o precederam, aplicando-as e encontrando novos desenvolvimentos para elas em sua própria vida. Ambos aspectos encontram-se na noção do trabalho como atividade vital e pode-se dizer que essa forma de relacionar-se com outros e com a natureza constitui o conteúdo do que chamamos de natureza humana.

Aqui, ao se falar em natureza humana, vale reforçar, o que importa é o seu conteúdo material, e não uma noção abstrata ou metafísica. Este conteúdo é um produto histórico e como tal, corresponde, no modo de produção capitalista, a uma condição de alienação, razão pela qual não seria possível para uma ética que elabora a partir do trabalho vivo considerá-lo satisfatório. Para Marx, "toda a história nada mais é que uma transformação contínua da natureza humana" (2004, p. 101), ou, pode-se dizer também, as relações que constroem a natureza humana estão em constante mudança. Contudo, é possível identificar alguns elementos constantes, tais como universalidade, trabalho, sociabilidade e consciência, que perpassam todas essas relações em movimento, e que seriam elementos do conceito de "essência humana". Segundo Ariel Fazio, são esses elementos que possibilitam encontrar o conteúdo ético no pensamento de Marx, e para cada um deles, existe um contraponto, próprio do capitalismo: individualismo, trabalho alienado, sociabilidade fetichizada e falsa consciência (FAZIO, 2013, p. 104).

Fato é que o capitalismo impede a realização concreta dessa essência humana, pois neste sistema, o trabalhador tem sua existência apartada da sua humanidade. A reconquista dessa dignidade negada é o processo mesmo de luta e realização da sociedade comunista. Em verdade, a universalidade, o trabalho livre, a sociabilidade e a consciência advém diretamente daquela que é a atividade vital do ser humano, o trabalho vivo, este, por sua vez, tido como fundamento da natureza humana, leva a crer que a experiência do trabalho pode ser muito mais enriquecedora do que permitem julgar as atuais formas alienadas. Com isso, é possível elaborar um uso ético-político para esses elementos, desde que não sejam tomados como entidades metafísicas, afinal, o marxismo começa por ser ético quando empreende a crítica da moral do sistema vigente e da ética como costumeiramente entendida na filosofia, uma tradição de desprezo da experiência e da exterioridade, em favor de uma determinação interna auto-referenciada.

4 Ética da libertação: ética material da vida

Convém dizer que para Enrique Dussel, a Filosofia da Libertação é, em primeiro lugar, uma forma de pensar a realidade, não a filosofia². Além disso, a ética no seu entendimento, é a filosofia primeira, é o pressuposto de todos os horizontes filosóficos possíveis, e a ética da libertação, é uma ética crítica. Consiste em pensar, numa razão filosófica, a situação concreta de produção e reprodução da vida humana neste mundo atual padecido de exclusão, dominação, violência, e propor desenvolvimentos teórico-práticos que possam ir de encontro à negação da vida dos povos e indivíduos excluídos do projeto moderno, no sentido de afirmar essa vida.

O autor faz questão de ressaltar que a vida não é uma ideia, um conceito genérico metafísico, “mas o modo de realidade de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de toda libertação” (DUSSEL, 2000, p. 11) – uma vez que os conceitos abstratos, transcendentais de natureza e de essência humanas são o cerne da filosofia da moral moderna, sobretudo em Kant, a qual é por ele criticada.

A ética da libertação não pode, de forma alguma, ser confundida com a moral vigente, pois que todo objetivo dessa formulação é expor essa moral abstrata a uma crise, desencadeada pela sua confrontação com as vítimas e sua dignidade negada materialmente. É dizer que a moral do sistema vigente se transforma na crítica da moral por meio da reflexão ética que assume a perspectiva das vítimas desse sistema, que será agora desconstruído, ou melhor,

² Algo semelhante é dito sobre Marx, por uma Hanna Arendt declaradamente não marxista: “o fim sobreveio quando um filósofo repudiou a filosofia para poder ‘realizá-la’ na política” (ARENDR, 2007, p. 14).

superado a partir da filosofia crítica por excelência que chamamos de Filosofia (ou Ética) da Libertação (DUSSEL, 2000, p. 68).

Esta ética é, portanto, uma filosofia da práxis – tal qual o é a teoria marxista – que não apenas interpreta a realidade, mas destina-se a intervir nela, ao fazer uma clara opção pelas classes trabalhadoras, pelos povos marginalizados, pelos grupos sociais excluídos, discriminados e explorados, o que se dá pela percepção da negação das suas vidas e da inadequação desta condição a um sistema moral que almeje valorizar e promover a dignidade humana. Dussel propõe uma atitude filosófica comprometida com as consequências das formulações teóricas no destino das pessoas humanas:

‘Interpretar’ o mundo numa exclusiva posição teórica pressupõe aceitar o sistema dado a partir de seu próprio horizonte. Transformar (ou ação transformadora de normas, ações, instituições, sistema de eticidade) é o que se propõe a ‘razão éticocrítica’. Isto não significa que se deva abandonar toda filosofia; significa que se deve superar a mera posição teórico-cúmplice da filosofia com o sistema vigente que gera vítimas, e comprometer-se praticamente com estas vítimas, a fim de colocar o caudal analítico da filosofia ético-crítica (que é plena valorização da filosofia) em favor da análise das causas da negatividade das vítimas e das lutas transformadoras (libertadoras) dos oprimidos e excluídos. (DUSSEL, 2000, p. 321).

A vida, para nosso autor, é também um conceito complexo, que em seus três níveis, produção, reprodução e desenvolvimento, engloba não apenas o animal, as funções vitais e as necessidades que devem ser satisfeitas a fim de garantir a sobrevivência – embora mesmo neste nível básico, milhares sejam as vítimas da negação sistêmica para quem sequer estas necessidades são atendidas – mas também o elemento superior do exercício mental, da razão, da cultura e do trabalho humanos. Afinal, sem este elemento, a capacidade de intervir, modificar, recriar e elaborar sobre o ambiente, labor que nos molda, sequer se poderia falar de natureza humana.

Defender a vida significa fazer a crítica ao capitalismo, que instaura a forma mais básica de negação, a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, no dizer de Marx, e repercutido por Dussel, o trabalho vivo. Neste sistema, a maioria das pessoas não tem acesso a bens materiais ou simbólicos, e estão condenadas a uma existência incompleta, numa condição de não-sujeitos. Este quando e como do fato dominação e suas vítimas é onde se origina a crítica, que atinge precisamente a definição de função do ser humano designada pelo sistema, a qual o distancia da sua dignidade inerente. Sobre esse momento do trabalhador, diz Dussel:

O trabalhador assalariado é um pobre que cria mais-valia. Não é considerado em sua dignidade imensurável de criador de todo valor (da totalidade do capital, portanto). Essa dignidade negada clama por justiça. Sua revelação como pessoa alienável faz evidentes todas as funções alienantes do sistema aos olhos e ouvidos do crítico. Quem vê o sofrimento da vítima e ouve seu clamor é quem começa a crítica prática e teórica

do sistema, da vitimação. É ética, antes que teórica ou científica; é prática antes que explicativa; surge da indignação e não somente do descobrimento de uma nova matriz intelectual (DUSSEL, 2016a, p. 11, tradução própria).

As condições limitadas de produção e reprodução da vida na Europa do fim do século XV, à época periferia do mundo conhecido, conduziram a um processo de expansão marítima, que resultou na invasão e colonização da América Latina, incorporada nesse sistema como fonte de acumulação primária de capitais, numa fase mercantil, que posteriormente viria a se consolidar como o modo de produção capitalista, quando da Revolução Industrial, esta apenas foi possível em razão do absurdo nível de exploração dos recursos naturais e dos povos deste continente. Dessa forma, afirmar a vida na América Latina é recontar a história dessa invasão e desse roubo de vidas e fazer a crítica da dependência e da desigualdade estrutural, que se perpetua e se aprofunda. Trata-se de um giro descolonizador epistemológico dotado de um componente ético essencial, uma vez surgido da opção ética pelas vítimas, pelo Sul, pela parcela do mundo uma vez colonial e que ainda não pôde libertar-se. Mesmo a crítica epistemológica é aqui ética (DUSSEL, 2016a, p. 12).

A crítica ética da filosofia da libertação vai além de denunciar a alienação do trabalhador e da dependência, e atinge também a ideologização e a pretensão de totalidade de uma certa bondade relacionada às noções modernas de dignidade humana, direitos humanos e ao humanismo do iluminismo. Tais conceitos utilizados na filosofia política clássica, juntamente com igualdade, liberdade, e tantos outros, acoberta de forma fetichista – mais uma vez dialogando com a obra marxista – a geração sistemática de vítimas, a maioria da população mundial, portanto inerentes à forma de ser do capital global (DUSSEL, 2016b, p. 1).

Em verdade, a ética da libertação de Dussel promove uma (re)união do campo da ética com o da política – mas não apenas ela, outros autores como o próprio Marx já haviam acusado a falsa cisão da política (campo do ser) com o da ética (campo do dever ser) – os quais foram separados pela filosofia política clássica, desde Maquiavel, resultando em uma conveniente configuração teórica para o capitalismo que se desenvolvia (PANSARELLI, 2010, p. 113-114).

Considerações finais

A crítica que aqui se empreende sobre a ética tradicional de fundamento humanista metafísico impõe a recusa a afirmações de transcendência, pois a ética da libertação é uma ética material da vida, que entende a natureza humana como experiência histórica em constante mudança e encontra seus fundamentos nessa vivência: o trabalho. Porém, uma tal posição não

implica o abandono da noção de universalidade, pois se há algo que se pode chamar de universal, isto seria precisamente a qualidade humana de existir no meio, transformando-o, e de ser social, a consciência de ser parte duma sociedade que abarca a outros humanos. Universal é a definição do homem como produto das condições materiais de existência e, portanto, ser em mutabilidade histórica.

Além disso, essa ética implica uma opção, uma atitude filosófica em favor de trabalhadores e trabalhadoras e demais vítimas do sistema capitalista de exploração e dominação. Trata-se de desconstruir a noção de natural desigualdade, e assim, com base sobretudo na teoria revolucionária de Marx, propor a superação radical da realidade injusta que impõe condições de vida que, na verdade, são inumanas/desumanas, como fundamento de uma filosofia humanista.

As vozes dos oprimidos da periferia, indígenas, mulheres, negros e negras, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras deste continente e de todos os outros, que mesmo no centro da economia mundial, seguem sendo periferia, especialmente em um contexto de crise estrutural do capital, é que merecem ser ouvidas e ecoar como conteúdo ético. A partir da sua experiência histórica neste recanto do mundo, talvez seja possível de fato atravessar a porta que foi aberta por Marx, caminho esse adotado por Dussel, pela Filosofia da Libertação latino-americana e outros autores que enxergaram na necessidade de superação do capitalismo, a possibilidade de um projeto de sociedade verdadeiramente emancipatório, cujas bases devem ser construídas no tempo presente, a partir dos conteúdos que universalmente os sujeitos históricos da luta por libertação produzem em sua práxis.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na era da globalização e da exclusão**. Valladolid, Trotta, 2000.

DUSSEL, Enrique. **Historia de la filosofía y filosofía de la liberación**. Bogotá: Nueva América, 1994.

DUSSEL, Enrique. Tesis 9: La ética crítica. In: DUSSEL, Enrique. **14 tesis de ética: hacia la esencia del pensamiento crítico**. 2016a. Disponível em: <<http://enriquedussel.com/txt/Cursos/14-tesis-Tesis9.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

DUSSEL, Enrique. Tesis 14: La pretensión crítica de bondad y el nuevo orden alternativo. In: DUSSEL, Enrique. **14 tesis de ética: hacia la esencia del pensamiento crítico**. 2016b.

Disponível em: <<https://www.enriquedussel.com/txt/Cursos/14-tesis-Tesis14.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FAZIO, Ariel. De los manuscritos de 1844 a El Capital: notas sobre ética y ontología en el pensamiento de Carlos Marx. **Revista Internacional de Filosofía**, n. 58, p. 95-108, 2013.

MARTINÉZ, Alejandro Rosillo. **Filosofia da Libertação como ponto de partida para pensar os direitos humanos na América Latina**. Entrevista à IHU On-Line, publicada em 30 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/535730-filosofia-da-libertacao-como-ponto-de-partida-para-pensar-os-direitos-humanos-na-america-latina-entrevista-especial-com-alejandro-rosillo-martinez>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

MARX, Karl. Mais valia absoluta e relativa. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Shneider. São Paulo: Boitempo, 2010

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo. Boitempo, 2007.

VIEIRA, Antonio Rufino. Filosofia da libertação e marxismo. In: PIRES, C. P. (Org.). **Ética e cidadania: olhares da filosofia latino-americana**. Porto Alegre: Dacasa; Palmarica, 1999.

Recebido: 31/08/2017

Aceito: 23/12/2017